

A AÇÃO DOS CORRESPONDENTES NA COBERTURA DO *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF: ENTRE O ATO *PRESENCIAL* E OS CONSTRANGIMENTOS NAS ROTINAS PRODUTIVAS[#]

*The action of the correspondents in the
coverage of the impeachment of Dilma
Rousseff: between the face-to-face
presence and the constraints on
productive routines*

Francisco de Assis*
Zélia Leal Adghirni**

RESUMO

Discutimos, neste texto, a cobertura do *impeachment* de Dilma Rousseff, decidido em 31 de agosto de 2016 e compreendido como uma *situação extrema* no contexto das práticas jornalísticas. Focando-nos especificamente na ação dos correspondentes – categoria considerada privilegiada, por ter condições de fazer a apuração no local das ocorrências e de formar repertório a respeito do lugar onde se fixa –, buscamos estabelecer tensões entre as possibilidades do *estar presente* – traduzidas pelo conceito de *ato presencial* – e os constrangimentos gerados no exercício do jornalismo, especialmente aqueles

[#] Versão revista de texto apresentado durante o 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, em Curitiba (PR), no dia 8 de setembro de 2017.

* Doutor em Comunicação Social. Professor no Mestrado Profissional em Jornalismo do Fiam-Faam – Centro Universitário. São Paulo, SP. *E-mail*: francisco@assis.jor.br

** Doutora em Ciências da Informação e da Comunicação. Professora associada na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Brasília, DF. *E-mail*: zeliadghirni@gmail.com

Revisão da ABNT e do texto: Cláudia Nonato

Submetido em: 29.9.2017

Aceito em: 1º.4.2018

relacionados ao tempo. Como resultado, e nos pautando na análise de entrevistas concedidas por seis profissionais baseados em Brasília (DF) e que participaram do referido evento, percebemos que, muito embora estar *in loco* ainda constitua a melhor maneira de se apurar os fatos, barreiras se colocam em meio à rotina de produção desses sujeitos, impedindo-os de realizar trabalhos mais densos e completos.

Palavras-chave: Práticas jornalísticas. Rotinas produtivas em jornalismo. Correspondentes. Ato presencial. Constrangimentos.

ABSTRACT

We discuss, in this text, the coverage of the impeachment of Dilma Rousseff, decided in August 31st 2016, and understood as an *extreme situation* in the journalistic practices context. Focusing, specifically, on the correspondents' role – category considered privileged to have conditions to investigate where the events' take place and to form a repertoire about the place they are allocated – we intend to establish the tensions between the possibilities of *being present* – translated from *face-to-face presence* concept – and the constraint generated in the exercise of the journalism, especially those related to the time. As results, considering interview analysis given by six professional allocated in Brasília (Brazil's Federal District), who have attended the impeachment event, we conclude that there are certain hurdles in these professionals routines depriving them of doing more extensive and complete articles, although being *in loco* still is the best way to apurate the facts.

Keywords: Journalistic practices. Production routine in journalism. Correspondents. Face-to-face presence. Constraint.

Delineando o cenário

31 de agosto de 2016. Por 61 votos a favor e 20 contra, sem nenhuma abstenção, o Senado Federal do Brasil condenou a Presidente da República, Dilma Rousseff – afastada do cargo desde maio do mesmo ano –, num processo de *impeachment* não raramente compreendido como *golpe institucional de Estado*, pelo fato de não ter havido consensos a respeito dos supostos crimes de responsabilidade na condução financeira do governo, mesmo após o veredicto, e em razão das manobras políticas que resultaram no julgamento.

A dúvida e a desconfiança em torno da validade da ação se intensificaram com a decisão dos senadores: embora condenada a deixar a cadeira de chefe do Executivo, Dilma não foi punida com a inabilitação para exercer funções públicas – o que ocorre nesses casos, conforme prevê a lei –, significando que ela continuou tendo a possibilidade de se candidatar para cargos eletivos e de ocupar postos na administração pública. Em resumo, a pena foi “repartida”.

Se o cenário nos parece confuso e até difícil de explicar – já com certo distanciamento a contribuir com sua apreciação –, imaginemos os impasses que se colocaram em meio ao trabalho de jornalistas brasileiros e do Exterior destacados para noticiar o evento político mais significativo da história recente do País. Mesmo sem entrar no mérito das discussões políticas acaloradas e tampouco dos posicionamentos pró ou contra que permearam o desenrolar dos fatos, podemos perceber uma série de tensões que atingiram as rotinas produtivas desses profissionais, dentre as quais vamos privilegiar duas variáveis, inter-relacionadas: a cobertura realizada especificamente por correspondentes e a possibilidade – que a própria categoria em que se enquadram lhes concede – de apurar os fatos no próprio Congresso Nacional.

Justificamos a opção por considerarmos que a prática do jornalismo tem, cada vez mais, perdido a rotinas distanciadas das ocorrências, isto é, detidas nas próprias redações (DINES, 1986, p. 94; PEREIRA, 2004) por conta, especialmente, de fatores tecnológicos e da precarização do campo profissional; porém, em contraposição a essa assertiva, a tendência preponderante de uma produção jornalística realizada a *distância* não acabou por completo com a apuração *in loco*, com o *ato presencial* de que nos fala Cremilda Medina (2016) e ao qual nos deteremos mais à frente. Estaria, então, nas situações em que o jornalista vai a campo – não raramente restritas a eventos mais importantes ou em evidência, como o referido caso do *impeachment*, ou à própria dinâmica de atuação do correspondente –, a resistência de um jornalismo mais aprofundado (ou menos imediatista, superficial...), com mais condições de ser elaborado e, conseqüentemente, de se fazer entender?

Responder a essa indagação exige perpassar pelas múltiplas particularidades da prática jornalística e pelos indícios verificados nos profissionais, os quais nos levam a problematizar esse tipo de *situação extrema*, isto é, de ocorrência complexa, noticiada em tempo real e em meio a um grande número de informações e de agentes noticiosos em evidência. Queremos dizer, com isso, que o *ato presencial*, apesar de se configurar como alternativa para a construção de relatos completos e capazes de situar potenciais audiências em contextos os mais diversos, nem sempre parece ser levado a efeito e com o resultado eficiente defendido por Medina, como veremos adiante. Isso porque o *estar presente* esbarra nos constrangimentos que permeiam a atuação dos jornalistas, dentre os quais a demanda da notícia *rápida*, a ser divulgada antes da concorrência.

Na tentativa de compreender os conflitos gerados no âmbito dos fazeres, propusemo-nos a inquirir seis correspondentes baseados em Brasília (DF),

escalados para a referida cobertura. Preservaremos a identidade e o local de trabalho de cada um,¹ identificando-os pela letra “J” e os diferenciando entre si por números, quando se fizer necessário reproduzir suas falas. Devemos, no entanto, esclarecer que dois deles trabalham para agências de notícias internacionais (J1 e J3), dois para jornais de grande circulação (J2 e J4), uma para um *site* especializado (J5) e uma para uma rádio (J6). Longe de querer que o *corpus* tenha caráter probabilístico, nossa intenção, ao analisar os relatos de tal grupo, é aproximar os conceitos teóricos da realidade do mercado – tal como temos feito em outros trabalhos (Assis, 2014; ADGHIRNI, 2013b) –, num exercício de teorização estribada na prática, algo que nos é caro e que demonstra ser o caminho para mais bem entender o jornalismo e as mudanças estruturais (ADGHIRNI, 2012) que o têm demarcado.

O *status* de correspondente e o privilégio de *estar presente*

O dicionário de jornalismo elaborado por Juarez Bahia (2010, p. 102-103) define o correspondente como “repórter que tem por função cobrir determinada área externa dentro ou fora do país e mandar suas informações para o veículo a que pertence”. Seu trabalho, ainda segundo o mesmo autor, corresponde ao de um profissional “que comumente interpreta, que vai além do factual, que não se limita ao simples registro. Ele deve esclarecer, explicar, expor os fatos de modo que as suas informações sejam claras, significativas”.

A atividade jornalística desempenhada pelo correspondente é, ao menos num nivelamento baixo, a mesma que se espera de um *bom* repórter: consiste em esforço de apuração *in loco*, no ambiente em que a vida social – a qual importa ser noticiada – ocorre, para, a partir daí, se elaborar matérias elucidativas, explicativas e aprofundadas.

O adjetivo *bom*, pouco antes sinalizado, não é fortuito. Mais: é complexo, porque nele está contida a observância de aspectos éticos, técnicos e estéticos que fundamentam o próprio jornalismo – de modo a garantir sua qualidade (BENEDETI, 2009, p. 116) – os quais esbarram numa série de impasses para sua consecução. Dito de outro modo, fazer *bom* jornalismo – ainda que a expressão possa estar carregada de subjetividade e de noções abstratas – não depende só de competência ou de intenção, como se pode

¹ Consideramos a estratégia propícia para que os respondentes tivessem mais liberdade de se manifestar a respeito da cobertura realizada e dos conflitos relacionados ao seu trabalho, sem que isso os colocasse em situação desconfortável ou gerasse qualquer tipo de problema nas empresas para as quais trabalham. Vale acrescentar que as entrevistas foram realizadas entre os dias 10 de abril e 10 de maio de 2017.

presumir numa leitura primária. Trata-se, sim, de processo demandado de condições específicas para tanto e que, como se verá na sequência, exige vencer obstáculos aqui denominados *constrangimentos*.

Não obstante seu agir seja afetado por uma série de circunstâncias, o correspondente pode ser entendido como um observador privilegiado do cotidiano. E o é em vista da possibilidade de *estar presente*, que lhe é concedida, diferenciando-se, já por isso (mas não só por isso), dos profissionais que realizam coberturas sem sair da redação, prática adotada desde a *era analógica* – com a apropriação do telefone e/ou do fax como recurso (muitos vezes único) para obter informações – e intensificada na *era digital*, quando internet e dispositivos móveis, usados em demasia, levam a crer que a presença do repórter no local das ocorrências não é mais indispensável.

Resistente ao momento em que as rotinas produtivas do jornalismo estão sendo profundamente alteradas e enxugadas, o correspondente se mantém como sujeito destinado a permanecer em certa localidade (cidade, estado, país, continente...) externa ao veículo que o contrata, de modo a poder se tornar um *especialista* sobre aquele cenário e sobre suas implicações. (BAHIA, 2010, p. 103). Nesse sentido, é privilegiado não só pela possibilidade de realizar a apuração bem perto das ocorrências como também por manter “domicílio na região em que é encarregado de cobrir” (RABAÇA; BARBOSA, 2001, p. 194), o que o torna familiarizado com o alvo de sua cobertura e o diferencia do *enviado especial*, que, embora faça trabalho muito parecido, apenas “atende a uma circunstância, a uma necessidade eventual de cobertura, a uma atividade provisória, ocasional, que se esgota num tempo previsivelmente curto” (BAHIA, 2010, p. 140), não estabelecendo base em lugares diferentes ao de sua redação. Outra variante é o *correspondente de guerra*, que, “apesar de cobrir um evento específico, permanece em campo, em geral, por períodos longos”. (SILVA, 2011, p. 16).

A experiência do *ato presencial*, conceito proposto por Medina (2016, p. 26) – já dito – a ser devidamente explorado a seguir, se relaciona perfeitamente ao do correspondente e enaltece sua identidade. A demarcação de sua diferença em relação a outros *tipos* de repórter, contudo, não deve ser vista apenas por estar situada em oposição ao jornalista que não sai da redação, mas porque, ao lançar-se privilegiadamente aos múltiplos espaços do mundo social, realiza aquilo que a autora do termo aqui destacado chama de “viagem da interação social criadora”. É por meio dela – dessa chance criativa (aquém da imaginação e além do relato superficial) – que advém a possibilidade de imprimir “visão pessoal” (BAHIA, 2010, p. 103) ou “um ângulo de visão singular da realidade” (ADGHIRNI, 2013a, p. 38) ao noticiário.

A narrativa [do correspondente] não é uma mera descrição dos fatos, mas uma maneira de pensá-los. A presença do jornalista no lugar onde os fatos acontecem, além de servir de testemunho, ultrapassa a descrição dos próprios fatos. Pela obra de grandes jornalistas que foram correspondentes de guerra, como Ernest Hemingway e Robert Fisk, os registros vão além dos acontecimentos para se entrelaçar com a história e a literatura. A experiência de narrar as histórias que produzem sentidos contém sua própria singularidade. (ADGHIRNI, 2013a, p. 36).

O correspondente ainda tem a oportunidade – se não as condições – de se valer dos cinco sentidos do jornalista, preconizados por Ryszard Kapuscinski (2003): estar, ver, ouvir, compartilhar e pensar. Diferentemente do profissional que não sai (ou pouco sai) da redação e que acessa *sites* oficiais de informação, consulta mídias concorrentes e, no máximo, realiza entrevistas a distância, elaborando matérias que mais parecem um amontoado de informações – muitas vezes sem sentido –, o sujeito do qual nos ocupamos pode valer-se de ferramentas próprias de sua condição humana para compreender os fatos e reportá-los. “O correspondente projeta expectativas, analisa, recua, envolve-se e distancia-se para construir seus relatos”. (ADGHIRNI, 2013a, p. 38).

A tarefa, porém, não é simples, especialmente por haver um hiato entre a possibilidade de realizá-la e seu êxito. E é do “espaço” entre a chance e a concretização do trabalho do correspondente que nos ocuparemos a seguir, estabelecendo bases para uma reflexão específica a respeito da cobertura do *impeachment* de Dilma Rousseff.

As tensões entre o *ato presencial* e os constrangimentos

Apesar de estimuladas pelo potencializado momento de crise e de precarização em que, nas últimas duas décadas, se encontra o jornalismo (ACCARDO, 1998; FIGARO, 2013; DEUZE; WITSCHGE, 2015) – posto logo de início –, e pelas inquietações disso provenientes, discussões sobre a qualidade do trabalho do jornalista, balizadas por sua disposição e/ou condição de ir a campo, são bem mais antigas. Em linhas gerais, os debates suscitados – quer em meio aos profissionais, quer em âmbito acadêmico – desde o século 20, tendem a sinalizar que tão somente “na rua” (ABRAMO, 1998, p. 113; KOTSCHO, 2002, p. 12), em meio ao palpitar das situações a serem projetadas midiaticamente, sua atividade tem condições de ser plenamente exercida. Ações diferentes dessa atitude foram (e são), não dificilmente, indicadas como preocupantes, inferiores e até ineficientes. Nos anos 1960, por exemplo, a corrente norte-americana que se formou

em torno do que ficou conhecido como *new journalism* tratou de indicar que qualquer prática da imprensa distante do cerne dos acontecimentos era fria e sem graça, jocosamente adjetivada como “bege”. (SANTOS, 2005, p. 235). Nos anos 1970, surgem, no Brasil, inquietações a respeito do chamado “jornalismo de gabinete” (DINES, 1986, p. 94), acusado de se situar no lado oposto à investigação jornalística e de ser “cúmplice das versões dirigidas e pouco interessado na qualidade da informação” (BAHIA, 2010, p. 214). Já no romper do século 21, por fim, autores franceses vão reforçar a expressão “jornalista sentado” (PEREIRA, 2004) – *journaliste assis*, no original (NEVEU, 2006, p. 82-83) – cunhada também nos anos 1970, para se referir ao profissional que faz apurações sem sair da redação, tendência essa agravada pelo acesso à informação via dispositivos tecnológicos e pela enxurrada de dados que chegam às redações, oriunda de múltiplas fontes, que inibiriam, ainda mais, sua ida a ambiente exterior.

Nesse mesmo sentido, mas particularmente interessada em explorar o inverso, Cremilda Medina (2016, p. 11), em recente livro-memória no qual reconstitui momentos significativos de sua trajetória como jornalista e como professora de Jornalismo, adota outro termo para delinear o que entende como verdadeira ação jornalística: o *ato presencial*. Em seu modo de ver, baseado na perspectiva de que o *ato de viver* se dá no *estar presente*, é apenas no local dos fatos noticiados – vivenciando-o, sentindo-o e compreendendo sua atmosfera – que o jornalista se torna capaz de relatar fielmente a realidade, as tramas cotidianas. Logo, quaisquer tecnologias que possibilitem fazer coberturas a distância, por mais que atendam a demandas de mercado – mais especificamente, das empresas jornalísticas –, não têm a mesma importância e o mesmo resultado que a apuração feita *corpo a corpo*.

Ao fazer o registro de suas reminiscências, Medina esclarece que o conceito por ela defendido está ancorado em suas próprias vivências, dando-nos pistas para decifrar o que significa o trabalho do repórter que se lança ao *ato presencial*:

Militante da comunicação social, atravesssei, em décadas de profissionalização, a era dos recursos gutenberguianos, da linotipia e do telefone, para usufruir, na atualidade, a velocidade internáutica, sem dores de adaptação, entusiasmada com as facilidades de suportes tecnológicos e facilitadores do acesso à informação disponível e a trocas de correspondência. Mas lá está: como repórter ou como professora, permaneceriam indispensáveis a *disciplina racional* e a *intuição afetiva* do *ato relacional ao vivo*. Por isso, também, não entrevisto por telefone nem por internet; não dispenso a *observação-experiência* e saio de gabinetes ou salas de redação para a *rua*; não entreguei às máquinas o exercício

matemático dos cálculos cotidianos ou a *articulação das informações* que colho. (2016, p. 12, grifo nosso).

O que se define como “ato relacional ao vivo” seria o potencial elemento diferenciador do jornalismo. Dele derivam, como podemos ver no trecho destacado, uma união entre racionalidade e emoção, com os sentidos a serviço do tratamento das informações colhidas, num exercício de equilíbrio. Nem demasiadamente apaixonado (como poderia ser o relato feito por qualquer cidadão envolvido em certo episódio) nem demasiadamente técnico (como seria o resultado de uma apuração exclusivamente baseada em dados dissociados das subjetividades de seu contexto). Jornalismo, segundo essa perspectiva, não é (ou não pode ser) uma atividade amadora e tampouco mecânica, exigindo que se explorem a dimensão humana das relações sociais, que conferem contorno aos fatos e os tecem em tramas cuja identificação/compreensão depende – no contexto de que tratamos, isto é, na imprensa – do trabalho realizado pelo repórter.

Essas constatações têm muito a ver com o que percebe Kapuscinski (2003), anteriormente aludido, ao definir os cinco sentidos do jornalista. Também têm estreita relação com a ideia de que o trabalho do correspondente deve ir “além do factual, núcleo da notícia, para narrar e interpretar a história presente”. (ADGHIRNI, 2013a, p. 48). Não podemos, contudo, deixar de reconhecer que tais percepções, muito embora possam ser contempladas em trabalhos antológicos de repórteres e – mais estritamente ao que estamos tratando – de correspondentes, não podem ser tomadas como totalizadoras e, principalmente, não podem desconsiderar aspectos que afetam e constroem as rotinas profissionais dos jornalistas. Logo, se não se excluem mutuamente, *ato presencial* e *constrangimentos* ao menos se esbarram cotidianamente, nos domínios da produção jornalística, levando-nos, também, a problematizar os esboços feitos até aqui.

Por constrangimentos, entendam-se os mecanismos que controlam direta ou indiretamente o trabalho da imprensa. Trata-se de componentes da *cultura organizacional* que demarcam o ambiente em que os jornalistas se movem profissionalmente, os quais se sobrepõem a “crenças pessoais” (TRAQUINA, 2001, p. 71) e, até mesmo, à “cultura profissional” (SALOMÃO, 2007, p. 134), imiscuindo-se em seu âmbito. Em outras palavras, as demandas e exigências – prescritas ou tidas como saber próprio de cada redação ou, em última instância, de todas elas – afetam o modo de agir desses sujeitos, direcionando-os a certas práticas não exatamente por vontade própria ou em cumprimento aos princípios da profissão, mas, sim, em atendimento às exigências das empresas para as quais trabalham ou do próprio mercado.

Essas situações, que poderíamos entender como obstáculos ou desafios ao exercício pleno ou ideal do jornalismo, foram identificadas e introduzidas na literatura corrente por Warren Breed (1999, p. 154-160) – autor do que se convencionou chamar de *teoria organizacional* –, segundo quem os constrangimentos agem em razão da necessidade de socialização e de manutenção do jornalista no espaço em que trabalha, ainda que não necessariamente lhe seja apresentada formalmente uma *política editorial*. Em texto seminal, ele identifica seis “razões do conformismo para com a orientação” dessa política: 1) a autoridade institucional e suas sanções; 2) um sentimento de obrigação e de estima para com os superiores; 3) aspirações de “mobilidade”, isto é, de ascensão profissional; 4) ausência de grupos que se fortaleçam contrariamente às orientações da empresa; 5) o “prazer” gerado pelo exercício da atividade; e 6) o “valor” da notícia, isto é, a consciência da importância daquilo que é gerado pelo esforço. A esses elementos, ainda acrescenta (sem enumerá-lo) o conceito de “grupo de referência”, formado pelos demais itens e que moldaria os comportamentos nas redações.

Para além de esgotar uma lista de constrangimentos que controlam ou, ao menos, interferem no dia a dia do jornalista, os pontos tratados por Breed jogam luzes sobre a complexidade das forças que afetam o trabalho do repórter – considerando a figura que aqui nos interessa discutir –, advertindo-nos que suas ações estão submetidas a uma série de interesses e de conflitos que, em grande parte, inibem uma possível autonomia. Isso significa que os jornalistas nem sempre (quase nunca, mais precisamente) podem agir por si mesmos, tendo, antes, de respeitar as condições impostas pela cultura organizacional de cada empresa ou do conjunto de empresas responsáveis pela manutenção dos veículos jornalísticos. A esse respeito, Mozahir Salomão faz uma avaliação pontual:

Estabelecem-se, por diversas maneiras, enfim, os constrangimentos ao trabalho jornalístico. Possuem dimensões e naturezas distintas. Se têm eles a ver com interesses e jogos de poder dos proprietários dos veículos e dos grupos em que estes se inserem e/ou representam, possuem, também, caráter organizacional originado nas relações do profissional jornalista com a empresa em que trabalha e desta com o ambiente exterior. É fortemente crivado ainda pela complexa engrenagem em que se dá o fabrico da notícia: as determinações de ordem languageira; a deontologia profissional, os mitos do trabalho jornalístico, as limitações de natureza estrutural para a execução do trabalho e, certamente, as interferências distintas inerentes a qualquer campo de atividade intelectual e que são da ordem do político, do cultural, ideológico, do psicológico, etc. (2007, p. 139).

Assim sendo, e, na impossibilidade – até mesmo na impertinência – de tratar de todos os possíveis constrangimentos, vamos explorar aqueles que, inter-relacionados (assim como as variáveis destacadas no começo do texto), vão afetar diretamente o trabalho dos correspondentes *in loco*, estabelecendo tensões com as possibilidades do *ato presencial*. Referimos ao tempo e à concorrência. Ambos se entrelaçam até historicamente. Basta lembrarmos do “furo” – matéria “em primeira mão ou exclusiva, que um veículo publica, surpreendendo e causando impacto nos demais” (BAHIA, 2010, p. 168) –, incrustado no imaginário da profissão de jornalista como espécie de sedução. “Furar” ou “dar o furo” denota sair na frente dos concorrentes, ainda que, hoje, não tenha o mesmo prestígio de outrora, haja vista a rapidez com que toda a imprensa segue atrás de quem primeiro noticiou. De todo modo, tem-se, aí, na expectativa de apurar, elaborar a matéria e divulgá-la, uma tensão entre o andamento da produção e a ânsia de se sobressair em relação aos pares.

Em clássico livro sobre as particularidades da produção jornalística, Gaye Tuchman (1983, p. 76, tradução nossa) demonstra como a questão do tempo permeia a rotina dos profissionais e condiciona seus hábitos, adequando até mesmo as tipologias de matérias a serem produzidas. Amparada em pesquisa empírica realizada nos Estados Unidos, a autora revela que todas as ações empreendidas nas redações – desde horários de entrada e de saída dos jornalistas até modos de relatar o cotidiano – decorrem do que chama de “ritmo do trabalho informativo”, estabelecido conforme as necessidades de organização da imprensa, em geral, e de cada veículo, em particular. “As empresas jornalísticas”, sintetiza Nelson Traquina (2001, p. 97), tentam “impor uma estrutura sobre o tempo, estrutura essa que lhes permite levar a cabo o seu trabalho diário”.

Igual percepção é a de Alberto Dines (1986, p. 45), para quem “o jornalismo é a ordenação da novidade, rotinização do inesperado”. Sua feitura, portanto, se dá nos limites do que se pode conceituar de “tempo controlado”, aquele que se organiza para garantir a produção jornalística em intervalos previamente estabelecidos, bem como sua contínua retomada do meio social. Conquanto faça “parte do comportamento físico e psíquico do jornalista”, conforme argumenta o autor, tal noção constrange os repórteres em sua jornada de trabalho, e impede – se não sempre, pelo menos na maioria das vezes – que se aprofundem na coleta de informações e na elaboração de textos que ultrapassem o limite da superficialidade. Trata-se de um “problema” da profissão, nas palavras de Kapuscinski:

Aos jornalistas, se dá muito pouco tempo para juntar a informação com que escreverão a notícia ou a crônica. Se se quer fazer bem as coisas, com a profundidade que requer o exercício desta profissão, é preciso ter tempo. Não se pode enviar um jornalista a

um lugar por um dia e esperar que consiga uma visão real das coisas. Eis aqui a luta permanente entre os editores e os repórteres: uns consideram que é suficiente um dia de apuração para produzir uma matéria; os outros sabemos que isso não é possível. (2003, p. 29, tradução nossa).

Retomando argumentos precedentes, a dinâmica temporal do jornalismo, especialmente quando nos referimos à produção diária e à cobertura de fatos complexos e suscitados num período curto e demarcado – como o que trataremos na sequência – contraria o que o *ato presencial* e os *cinco sentidos do jornalista* têm a oferecer. No geral, ela mais propicia a prática do “jornalista sentado”. Ou, então, configura-se como elemento que se impõe na relação do jornalista com seu trabalho e com as potencialidades que se lhe oferecem.

A cobertura do *impeachment* de Dilma Rousseff: quando a presença esbarra em obstáculos

31 de agosto de 2016 foi, para os repórteres destinados a cobrir os fatos ocorridos em Brasília, um dia de situações extremas, quer em razão do próprio momento político – denso por si só e gerador de tensões entre os profissionais da imprensa –, quer em razão do volume de trabalho. Começou cedo. Às 7h, já havia fila de jornalistas na porta do Senado, todos aflitos para conseguir um bom lugar dentro do plenário e acompanhar *in loco* a sessão agendada para ocorrer às 11h, que seria presidida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski e na qual os 81 senadores da casa decidiriam os rumos da Presidência da República. Independentemente da categoria em que se enquadram (setorista, enviado especial, correspondente...), todos eles compreenderam que o *ato presencial* – o *estar presente* – faria diferença naquela cobertura, considerada histórica antes mesmo de ter iniciado.

Para refletir sobre os rumos tomados por suas rotinas naquela data, vamos nos guiar pelos cinco sentidos do jornalista mencionados por Ryszard Kapuscinski (*estar, ver, ouvir, compartilhar e pensar*) – antes sinalizados –, tornando-os, aqui, categorias para analisar os relatos dos correspondentes. É evidente que nos voltaremos especificamente ao microcosmo dos nossos seis entrevistados, mas podemos facilmente compreender que suas experiências, em certa medida, refletem o todo, isto é, aquilo que vivenciaram todos os jornalistas destacados para a mesma tarefa.

Estar foi o primeiro mandamento cumprido. Todos afirmaram que a apuração feita dentro do Senado teve dimensões muito mais amplas do que a cobertura realizada por jornalistas que não conseguiram (ou não

puderam) acompanhar o desenrolar dos acontecimentos no local. É bom que se observe, porém, que esse “alargamento” da condução do trabalho consiste em muito mais do que a presença em si. É que ele se atrela a outro sentido: *compartir*. Juntos, abrem caminhos para se fazer a experiência dos fatos noticiados, para a compreensão que faz toda a diferença no exercício de traduzir a outrem o que se passa em certa circunstância espaçotemporalmente delimitada (poderíamos, aqui, retomar a noção de “observação-experiência” apresentada por Cremilda Medina (2016), que possivelmente se diferencia do simples *testemunho* e se fixa na extensão da *vivência*). Isso fica claro quando, por exemplo, eles nos dizem: “Como repórter, era muito importante ‘viver’ este dia por inteiro, mergulhar na cobertura” (J2); “Estar ali ajudou muito a sentir o clima” (J3); “Não se cobre o impeachment de um Presidente da República a distância. Quem esteve aqui durante todo o processo, cobriu. Quem não esteve, viu na TV” (J5).

Não há dúvidas, portanto, de que estar e compartilhar continuam sendo privilégios do repórter, especialmente do correspondente. Dizemos *especialmente* porque também se coloca em jogo outra particularidade que diferencia essa categoria das demais: sua familiaridade com o ambiente noticiado e com suas ocorrências. Vamos explorar esse aspecto já observando outros dois sentidos propostos como parâmetro: *ver* e *ouvir*. Muito embora pareça óbvio que *estar presente* permite mais bem visualizar o que ocorre, isso nem sempre é garantia de êxito. Tomemos como exemplo o “fatiamento” do *impeachment*, que mencionamos logo de início e que possivelmente foi o momento mais apreensivo da apuração. Nem todos entenderam a decisão, que estava sendo arquitetada desde o dia anterior. Os correspondentes, porém, tiveram uma percepção mais clara sobre o ocorrido, justamente por terem habilidade para cobrir o Congresso Nacional, por estarem acostumados com as constantes emendas aplicadas a decisões e, em igual importância, conseguirem ter uma visão mais linear do encadeamento das ocorrências. E mesmo os que tiveram a necessidade de checar a informação com fontes externas aos sujeitos apostos no plenário (como assessores, por exemplo) se beneficiaram do *estar* e do *ver*. Notemos: “Quem costuma cobrir Senado no dia a dia ficou menos perplexo com o chamado fatiamento da votação do impeachment e pôde reagir com maior agilidade. Alguns colegas chegaram a perceber a movimentação, mais difícil de ser entendida por um veículo estrangeiro que, mesmo cobrindo regularmente política em Brasília com apoio de staff brasileiro, não dispõe da penetração e perícia da mídia local” (J1); “Se estivéssemos acompanhando apenas pela TV (o pessoal de São Paulo só tinha esse recurso) não seria possível conversar com a assessora do STF, por exemplo, para tirar a teima sobre o fatiamento” (J3).

Presentes ali, portanto, os correspondentes puderam perceber como foi se formando a trama em torno do processo de que Dilma Rousseff foi alvo. Registraram – seja em seus relatos, seja apenas para compor a apreciação do contexto – o nervosismo dos protagonistas, as expressões faciais de angústia ou de satisfação dos políticos, os acordos fechados ao pé do ouvido e, até mesmo, as posições pessoais dos colegas a propósito da presidente julgada. Tiraram dúvidas. Viram (a cena), ouviram (as fontes), compartilharam (o momento das ocorrências) entre os que lá estavam e, posteriormente, com suas audiências. E quanto ao último dos sentidos de que nos propusemos tratar? Que lugar ele ocupou nesse processo?

Explorar o peso do *pensar* numa cobertura como a de que estamos tratando irá nos levar ao cerne dos constrangimentos que conflitam com o *ato presencial*. Ainda que tenham tido a possibilidade de colocar os sentidos humanos a serviço do jornalismo, os sujeitos que entrevistamos para nossa pesquisa esbarraram em entraves, que se relacionam especialmente ao *pensar*, que se nos apresenta com, pelo menos, duas acepções: uma imediata e outra mais profunda.

A primeira delas, que intuímos ser imediata, é a de pensar sobre os elementos que compõem o todo, isto é, sobre os fragmentos que constituem o cenário dos fatos e que precisam ser juntados, tal como um quebra-cabeça, a fim de que possam ser entendidos e relatados. Reside, aí, uma missão delicada. Afinal de contas, se as “peças” não se encaixarem de modo correto, seguramente provocarão leituras distorcidas e/ou equivocadas. Portanto, demanda-se, ao menos, um mínimo de reflexão a respeito do que está sendo noticiado (mesmo porque, insistimos, é isso que singulariza o trabalho do jornalista em comparação a outras narrativas do cotidiano). Mas isso irá provocar o primeiro constrangimento que podemos identificar, relacionado à dimensão temporal tratada no tópico anterior, e, também, certa contradição nas prescrições organizacionais. Quatro dos nossos seis entrevistados reconheceram, cada qual a seu modo, que a corrida para noticiar os desdobramentos antes de outros veículos ou agências era uma orientação. Por se tratar de cobertura divulgada em *tempo real* – ao menos em grande parte –, a diferença de um minuto entre a informação postada poderia significar uma cobrança severa das chefias sobre o *atraso* em relação aos outros. “Havia, claro [orientação para ‘sair na frente’]. Essa é a natureza do trabalho: informar, antecipar tendências e decisões” (J2); “Sempre [há preocupação com a concorrência]. O monitoramento de demais sites e redes sociais dos demais veículos era (e é) constante” (J4). Em relação aos outros dois jornalistas, que disseram ter recebido a indicação de privilegiar a checagem em detrimento da pressa para divulgar as informações, cabe observar que eles próprios demonstraram que a busca pelo “furo” é um saber consolidado e uma

espécie de obrigação, ainda que não seja indicada com todas as letras. J3, por exemplo, faz duas afirmações que revelam a contradição gerada por esse tipo de constrangimento: a) “Nesse caso, que era muito sério e muito extremo, a nossa preocupação maior era não errar. Porque quando a gente erra a gente também perde o timing. Tem um chefe que trabalha há bastante tempo na agência e sempre repete que a gente nunca está tão atrasado quanto quando a gente erra. Tinha pressão pela rapidez? Tinha, isso é uma constante na nossa vida. Mas tinha muita necessidade de dar a informação correta”; b) “Não havia uma orientação explícita [em relação ao “furo”] porque isso já é uma diretriz diária. Está embutida em todas as coberturas e faz parte dos objetivos e metas que individualmente cada repórter da agência tem que cumprir. É sempre bom sair na frente”.

A segunda forma do pensar que podemos notar é mais profunda. É aquela exigida na elaboração de reportagens extensas, complexas, geralmente publicadas com destaque, tidas como especiais ou, até mesmo, perpetuadas em livros ou em outros dispositivos que garantam seu *status* de material consolidado a respeito de algo. É o pensar que provavelmente os correspondentes de destaque na história do jornalismo tiveram de empreender para elaborar seus textos antológicos – como fez o próprio Kapuscinski, quando cobriu conflitos e revoluções nas Américas, na Ásia, na África e na Europa, escrevendo reportagens que se tornaram referências. Não é preciso ir muito longe na reflexão para notar que esse pensar exige tempo. Tempo de que os nossos correspondentes não dispuseram naquela cobertura e que, provavelmente, não dispõem no dia a dia (exceto, é claro, quando têm o interesse e a condição de levar certa apuração adiante, para além do calor do momento, de modo a desenvolver material mais completo). Velocidade e exatidão, como se viu, foram exigidas dos repórteres, mesmo quando estavam exaustos e até impossibilitados de se alimentar, para que não perdessem nenhum “lance”. O segundo nível do pensar, portanto, corresponderia a uma etapa reservada não a eles, mas aos editores ou a outros redatores – que, da redação (fazendo as vezes de “jornalista sentado”), seriam responsáveis por “costurar” as informações enviadas ao longo do dia ou, até mesmo, juntar materiais de vários profissionais que estivessem lá, no local do acontecimento.² Seria, ainda, atribuição de colunistas, comentaristas e articulistas que se ocupam de elaborar análises conjunturais. Os entrevistados reconheceram: “Imagino que a equipe deve ter produzido umas 70 a 100 notas por dia. Para o impresso, produzíamos um material consolidado (com uma ou duas matérias), resumindo tudo o que havia ocorrido e as perspectivas para o

² Há casos em que os próprios correspondentes fizeram a consolidação das informações, mais no fim do expediente, mas, ainda assim, apenas “juntando pedaços”, por assim dizer, e não se aprofundando na narrativa sobre os fatos ocorridos no dia.

dia seguinte” (J2); “Eu produzi tantos alertas (alerta é esse pequeno texto sintético que é disparado pelos celulares) que tive que pedir ajuda para a redação para que fechassem um texto com base nos meus alertas” (J4); “Ao fim daquele histórico 31 de agosto, cada repórter que fez várias entradas ao vivo, consolidou uma ou, no máximo, duas matérias” (J6).

Vale fazer, aqui, duas anotações complementares. A primeira diz respeito ao número de matérias produzidas pelos correspondentes. Independentemente do tamanho – haja vista que há certa tendência de que os textos e as entradas de veículos eletrônicos, quando *em tempo real* e/ou *ao vivo*, sejam curtos, os números, ainda que aproximados (não exatos, por não terem sido mensurados), que eles nos apresentaram, chamam a atenção: “Na prática, devo ter mandado centenas de piscas [frases sucintas que reproduzem fatos e falas de autoridades em tempo real] e umas duas dúzias de *flashes* [notas curtas], além de quatro ou cinco matérias maiores amarradas por editores com base no trabalho de todos os envolvidos na cobertura” (J1); “Chutaria que na faixa de dois dígitos” (J3); “Eu escrevi, com certeza, mais de 30 textos, entre notas [...], *flashes* e os textos do impresso” (J4). Fica evidente, portanto, que o nível mais profundo do pensar é constrangido pela quantidade de material que se deve produzir.

A segunda anotação, que serve também para encerrar a análise, recai sobre outra particularidade desse nível mais profundo de pensar: a consciência histórica. Será que os correspondentes pensaram nessa dimensão dos fatos, na legitimidade do ato realizado no Senado, nas suas consequências políticas, e em tudo o que poderia decorrer para o futuro do País? Deixemos que eles próprios nos respondam: “A concentração era tanta que eu não pude me dar o luxo de refletir sobre a dimensão histórica daquele momento. Minha mente estava toda voltada para a transmissão dos fatos, a observação do ambiente e a luta desesperada contra o sinal fraco de internet e celular” (J1); “Quando a articulação para separar o julgamento de Dilma em dois começou a se formar, lembro nitidamente de pensar: ‘Eu estou aqui, vivendo e noticiando o exato instante em que a história acontece’. O *impeachment* de Dilma foi muito mais controverso, complexo e cheio de *nuances* que o de Collor. Além disso, com o advento e a popularização da internet, ocorreu em tempos de informação em tempo real. Cada minuto importava” (J2); “A informação sobre a reviravolta articulada um dia antes que poupou Dilma Rousseff de perder os direitos políticos começou a circular minutos antes do início da sessão, o que aumentou ainda mais essa percepção da tensão no ar. Poucas vezes presenciei o plenário tão cheio e um ambiente tão pesado, entre todos, mesmo os favoráveis ao *impeachment* da petista, cientes do grande passo que aquilo significava” (J4); “Ainda que tal desfecho já havia sido cantado por senadores dias antes, lembro-me de ter ligado para vários juristas a fim de ouvir opiniões, além de colocar no ar as posições políticas

contrárias e a favor do fatiamento do julgamento. Também dissemos que a ação foi capitaneada por Renan Calheiros no conhecido estilo ‘nunca fechamos as portas’ e costurada por alguns petistas. Foi uma forma de tentar traduzir o que havia se passado. Não tínhamos naquele momento todo bastidor que resultou no acordo, que passou por discussões até sobre o comando da casa, mas isso entrou nos dias seguintes” (J6).

Pelo que se vê, ainda que houvesse consciência do que aquele 31 de agosto representaria para a história do País – mais nítida para alguns do que para outros –, havia, sobretudo, uma preocupação com a execução do trabalho. Para alguns, a pressão era tanta que seria impossível pensar em outra coisa. Logo, essa consciência não só foi “abafada” pelos constrangimentos como também ficou em segundo plano mesmo àqueles que tiveram condições de cogitá-la, mas que foram obrigados a relegar sua importância ao relato do *aqui e agora* (correndo contra o relógio, buscando confirmar a informação conflitante, procurando ouvir especialistas que aclarassem certas ideias, ouvindo os famigerados *dois lados*, enfim, realizando o básico que se espera de uma cobertura, sem ir muito além do momento).

Desconstruindo o cenário

Se o *ato presencial* é possibilidade para um jornalismo diferente do que se faz de dentro das redações, os constrangimentos impostos pela relação tempo-concorrência certamente se nos mostram como impeditivos. Como acréscimo ao que já pontuamos, é cabível ainda dizer que nossos entrevistados admitiram ter deixado alguns textos pré-elaborados, somente à espera do desenrolar dos fatos, ou então foram pautados a dar certos direcionamentos à cobertura ao vivo, antes mesmo que as situações ocorressem. Não vamos nos estender sobre esses aspectos, pois são demasiadamente complexos para serem tratados no pouco espaço restante, mas vale mencioná-los como indicador das limitações provocadas pelas expectativas das empresas jornalísticas. Ora, se *estar presente* permite trabalho diferenciado, a cobertura previamente produzida ou arquitetada em pouco se distancia dos feitos do “jornalista sentado”, exceto pela percepção do contexto, mais fácil de ser decifrado quando apreciado de perto. De resto, as condições e as demandas do cenário contemporâneo da imprensa parecem não permitir que o correspondente vá além do *factual* e do *simples registro*, em discordância com o que sinaliza Bahia (2010, p. 103). Em última análise, pode-se reconhecer que a urgência temporal, em casos como o que aqui focalizamos, se sobrepõe aos sentidos identificados por Kapuscinski (2003).

Quanto ao conceito de *ato presencial*, desenhado por Medina (2016) com muita propriedade, e à ideia dos correspondentes como profissionais com maior autonomia (ADGHIRNI, 2013a, p. 46), cabe concluir que estão, possivelmente, hoje, ligados mais a uma visão ainda romântica do jornalismo do que às possibilidades ao alcance desses sujeitos. Não queremos dizer que não sejam possíveis de se concretizar em plenitude ou que tenham “morrido”. Mas as rotinas produtivas – especialmente quando da cobertura de situações extremas, como a aqui focalizada –, que exigem agilidade e somam grande quantidade de atribuições, impedem (constrangem) o jornalista, mesmo em campo, de sair do trivial. Não se trata, portanto, de discernir uma oposição entre o “jornalista sentado” e o “jornalista de pé” (NEVEU, 2006, p. 82), mas de pensar que as vantagens de ir a campo são limitadas por uma série de fatores, ainda que não deixem de ser um privilégio.

Referências

ACCARDO, Alain (Org.). *Journalistes précaires*. Bordeaux: La Mascaret, 1998.

ADGHIRNI, Zélia Leal. A pluralidade do mundo na visão singular do correspondente internacional. *Intexto*, Porto Alegre, n. 28, p. 32-52, jun. 2013a.

_____. O jornalista sênior nas empresas de mídia. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 11., 2013, Brasília. *Anais...* Brasília: SBPJor, 2013b.

_____. Mudanças estruturais no jornalismo: travessia de uma zona de turbulência. In: PEREIRA, Fábio Henrique; MOURA, Dione Oliveira; ADGHIRNI, Zélia Leal (Org.). *Jornalismo e sociedade: teorias e metodologias*. Florianópolis: Insular, 2012. p. 61-79.

ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ASSIS, Francisco de. *Jornalismo diversional: função, contornos e práticas na imprensa brasileira*. 2014. 444 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2014.

BAHIA, Juarez. *Dicionário de jornalismo Juarez Bahia: século XX*. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

BENEDETI, Carina Andrade. *A qualidade da informação jornalística: do conceito à prática*. Florianópolis: Insular, 2009.

BREED, Warren. Controlo social na redacção: uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1999. p. 152-166.

DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. Além do jornalismo. *Leituras do Jornalismo*, Bauru, v. 2, n. 4, p. 1-31, jul./dez. 2015.

DINES, Alberto. *O papel do jornal: uma releitura*. 4. ed. São Paulo: Summus, 1986.

FIGARO, Roseli. Perfis e discursos de jornalistas no mundo do trabalho. In: _____. (Org.). *As mudanças no mundo do trabalho do jornalista*. São Paulo: Atlas, 2013. p. 7-143.

KAPUSCINSKI, Ryszard. *Los cinco sentidos del periodista (estar, ver, oír, compartir, pensar)*. México, D. F.: Fundación Nuevo Periodismo Iberoamericano, Fundación Proa, Fondo de Cultura Económica, 2003.

KOTSCHO, Ricardo. *A prática da reportagem*. São Paulo: Ática, 2002.

MEDINA, Cremilda. *Ato presencial: mistério e transformação*. São Paulo: Casa da Serra, 2016.

NEVEU, Érik. *Sociologia do jornalismo*. São Paulo: Loyola, 2006.

PEREIRA, Fábio Henrique. O jornalista sentado e a produção da notícia *on-line* no Correio Web. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 95-108, jan./jun. 2004.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. *Dicionário de comunicação*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

SALOMÃO, Mozahir. O constrangimento nosso de cada dia: o jornalismo e os constrangimentos organizacionais. *Mediação*, Belo Horizonte, n. 6, p. 132-142, 1º sem. 2007.

SANTOS, Joaquim Ferreira dos. Abaixo o jornalismo bege. In: WOLFE, Tom. *Radical chique e o novo jornalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 235-245.

SILVA, Carlos Eduardo L. da. *Correspondente internacional*. São Paulo: Contexto, 2011.

TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2001.

TUCHMAN, Gaye. *La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad*. México, D. F.: Gili, 1983.